

## **Fazendo a Revolução Russa: os comitês de fábrica e o controle operário da produção, de fevereiro a outubro de 1917**

Wanderson Fabio de Melo<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho analisa os comitês de fábrica e a proposta de controle operário da produção no processo revolucionário russo de 1917. A pesquisa se relaciona às respostas das perguntas: Como se estabeleceu os comitês de fábricas e a consigna de controle operário da produção no processo russo de fevereiro a outubro daquele ano? Os eventos de outubro de 1917 podem ser qualificados de revolução, ou golpe de Estado? De que modo se constituiu a hegemonia dos bolcheviques nos acontecimentos de 1917? As fontes são textos produzidos por militantes que atuaram na Rússia no período da revolução. O procedimento metodológico utilizado foi a análise imanente.

**Palavras-chave:** Comitês de fábrica. Controle operário da produção. Revolução Russa.

### **Making the Russian Revolution: Factory Committees and Workers' Control of Production, from February to October 1917**

**Abstract:** The present paper analyzes the factory committees and the proposal of workers 'control of production in the Russian revolutionary process of 1917. The research relates to the answers to the questions: How was the factory committees established and the workers' control order of production in the Russian process From February to October of that year? Can the events of October 1917 qualify as revolution, or coup d'état? How was the hegemony of the Bolsheviks constituted in the events of 1917? The sources are texts produced by militants who acted in Russia during the period of the revolution. The methodological procedure used was the immanent analysis.

**Keywords:** Factory committees. Workers' control of production. Russian Revolution.

O presente texto analisa o processo de constituição dos comitês de fábricas na revolução de fevereiro na Rússia de 1917, as propostas e as práticas de controle operário desenvolvidas pelos trabalhadores nos meses de fevereiro a outubro, enfatizando os elementos de espontaneidade das ações desses sujeitos e a formulações de suas reivindicações. Busca-se compreender a formação dos comitês de fábrica; perceber o surgimento, o desenvolvimento e a efetivação da consigna de controle operário da produção no processo revolucionário; as propostas econômicas na Rússia durante o ano de 1917; ressalta-se o debate sobre os comitês de fábricas e o controle operário da

---

<sup>1</sup> Doutor em História e Professor na UFF, Campus de Rio das Ostras, curso de Serviço Social.

produção na visão dos militantes; pontua-se como as diferentes posições historiográficas acerca da revolução russa consideraram as questões dos comitês de fábrica e o controle operário da produção; e, por fim, evidencia-se o sentido da revolução de outubro na lógica *onímota* do trabalho.

No processo da revolução de fevereiro, os trabalhadores criaram espontaneamente nos locais de trabalho os comitês de fábricas (*fabzavkomy*), em princípio como comitê de greve que evoluíram para atuar como vigilante dos interesses dos trabalhadores na relação com os administradores capitalistas das empresas. O termo utilizado para designar essa função era “controle operário” (*rabochii kontrol*), no início do processo, denotava muito mais supervisão da administração do que controle da fábrica propriamente. Contudo, com a ampliação da crise social e política, os comitês de fábricas foram mais além que a um trabalho de fiscalização. Em certos momentos, eles passaram a deliberar sobre a contratação e a demissão nas fábricas e usinas. Em outras ocasiões, tomavam às rédeas das empresas com vistas a responder à desorganização administrativa após a fuga, ou sabotagem dos patrões e diretores das fábricas em consequência da revolução. Os comitês de fábricas possuíam uma organização de toda a Rússia, com um comitê central executivo situado na cidade de Petrogrado, a capital e mais importante cidade do Império Russo.

A formação dos comitês de fábricas foi muito importante para revolução russa, visto que significou um espaço ativo de participação e elaboração no interior dos locais de trabalho organizado pelos trabalhadores. Os comitês contribuíram para a situação de dualidade de poderes nas fábricas e usinas. Segundo John Reed, no percurso da crise revolucionária: “Os comitês de fábrica tornavam-se mais experientes, aumentavam as suas forças e preparavam-se para realizar a missão histórica, combatendo a velha ordem estabelecida” (Reed, s/d p. 46). Em relação à problemática do controle operário da produção, segundo o historiador Steve Smith (2013, p. 87), o decreto sobre o controle operário aprovado em 14 de novembro de 1917 foi o terceiro mais conhecido e de maior incidência popular das leis emitidas pelos bolcheviques, antecedido apenas pelos decretos da Paz, isto é, a norma que apontou a saída da Rússia da guerra imperialista, e os decretos sobre a terra, a jurisprudência bolchevique que reconhecia a distribuição de terras aos camponeses. Entretanto, os comitês de fábricas e o controle operário da produção tem sido pouco lembrado pelos estudiosos da revolução russa na academia e nas publicações militantes. O que se pretende, neste texto, é recuperar as experiências dos trabalhadores nos comitês de fábricas e nas formulações sobre o controle operário da produção na Revolução Russa a partir da perspectiva histórica, pois, de acordo com Eric Hobsbawm (2007, p. 9), a função do historiador é “lembrar aquilo que os outros esquecem, ou querem esquecer”.

Alguns itens que remetem ao debate historiográfico acerca das Revoluções Russas são considerados nesse artigo, tais como: qual o sentido da Revolução de Fevereiro de 1917? Como se estabeleceu os comitês de fábricas e a consigna de controle operário da produção no processo russo de fevereiro a outubro daquele ano? Os eventos de outubro de 1917 podem ser qualificados de revolução, ou golpe? De que modo se constituiu a hegemonia dos bolcheviques nos acontecimentos de 1917?

Em relação à metodologia, utiliza-se a análise imanente na exposição e no desvendamento das posições, uma vez que se quer evidenciar as diversas consciências práticas sobre a revolução russa no tocante aos comitês de fábricas e o controle operário da produção. Desse modo, desenvolve-se a análise que abarca, ao mesmo tempo, a gênese e a função social das proposituras dos sujeitos e das produções intelectuais, na medida em que as suas elaborações estão determinadas sócio-historicamente. Realiza-se, portanto, a análise que permite fazer os sujeitos explicitarem os seus próprios pressupostos, bem como suas posições naquele conflito social, trazendo, como argumenta Lukács, a evidência “que aparece explícita, sem necessidade de provas, para seus leitores” (1959: 5).

#### *A Dualidade de poderes na Rússia*

Torna-se possível observar que a Revolução de Fevereiro resultou em dois governos à Rússia. De um lado, os representantes na Duma improvisaram a administração da burguesia, que buscava redigir uma Constituição, controlar o movimento operário e recompor o Estado em novas bases jurídicas e políticas, além de continuar com a participação na guerra imperialista junto aos Aliados. Do outro, o Sovieter dos Operários e Soldados foi o comando dos trabalhadores, que exigiam melhores condições de vida, alimentação e paz sem anexações. Os dois poderes, a princípio, tinham sua sede lado a lado no palácio Táuride, observando-se e tratando-se com certa cordialidade. Entretanto, o bloco do partido cadete e Outubrista batia pela permanência da Rússia na guerra imperialista em favor dos Aliados, defendiam a recomposição do Estado, o retorno da disciplina no exército, a proteção da propriedade privada no campo e na cidade e eram cautelosos quanto às reformas sociais ao trabalho, que impactaria financeiramente a indústria. Em contraponto, estavam os setores populares que atuaram nos eventos de fevereiro, tratava-se, para eles, de efetivar o que chamavam de “democracia revolucionária”.

Com a Revolução de Fevereiro uma série de reivindicações econômicas e sociais dos trabalhadores emergiram enquanto demandas no plano social, resultado do protagonismo operário naquele acontecimento, mas não foram incorporadas prontamente pelo Governo Provisório. Em consequência, surgiram as mobilizações proletárias pela redução da jornada para oito horas de trabalho, a defesa do salário “na medida de um cidadão livre”, um regime constitucional na fábrica e o controle operário da produção. Os trabalhadores exigiam melhorias sociais e nas suas condições de vida.

O Governo Provisório não possuía mandato eleitoral, entretanto, sua autoridade derivava da Duma e contava com o apoio tácito das lideranças do Sovieter. Os mencheviques e socialistas-revolucionários dirigiam a instância soviética, mas sob pressão da uma massa participativa atenta, aberta às propostas de lutas e disposta as ações. Segundo Victor Serge, “O Sovieter proclamou sua intenção de paz; o governo burguês, a sua fidelidade aos Aliados. A dualidade era um conflito de poderes.” (1993, p. 53).

Entretanto, o Sovieter se movimentava, empreendeu a organização dos soldados, provocou a prisão do Tzar e sua família, impedindo-os de partir à Inglaterra. Tal

diligência foi protagonizada pelas milícias operárias constituídas no calor da mobilização.

A Revolução de Fevereiro testemunhou o dismantelamento do aparelho repressivo do Estado Tzarista. As sedes de polícias e as prisões foram queimadas, os arsenais foram espropriados pelos sublevados. A força policial foi derrubada e substituída por duas milícias. Uma delas foi a milícia civil, organizada em comissariado distritais e subdistritais, submetida às autoridades das Dumas municipais. A outra, tratava-se das milícias operárias, criada pelos trabalhadores entre os dias 28 de fevereiro e 1º de março, formada pelos operários das fábricas e usinas de Petrogrado, organizados nos comitês de fábricas. Nos dias de abril à julho verificaram-se os esforços por parte do Governo Provisório e da maioria do Comitê Executivo dos Sovietes no sentido de desarmar e dissolver as milícias operárias, integrando-as à milícia civil.

A instauração das milícias civis representavam o projeto de recompor a máquina estatal ao torná-la um dos instrumentos de “monopólio da violência” aceita pelo Estado, juntamente com as forças armadas. As milícias operárias, por sua vez, direcionavam-se no sentido de instituir não os elementos do Estado burguês, mas estabelecer “o povo em armas”.

Observa-se a complexidade da crise russa a partir do mês de maio, o governo dual sendo que cada parte embreendia o fazer-se no intuito de consagrar as suas instituições, o que refletia o equilíbrio instável de poder no processo revolucionário inconcluso. Segundo Leon Trotsky, “O regime da dualidade de poderes só é possível em épocas revolucionárias e constitui mesmo uma das suas características fundamentais” (1978, p. 184).

Vale destacar que W. Lenin foi um dos primeiros revolucionários a teorizar sobre a situação de dualidade de poderes. O esforço da liderança russa de apreender a realidade no sentido de corrigir os posicionamentos adotados pelo Partido Bolchevique em meados do mês de março, visto que, com a recomposição da direção partidária ocorrida com liberação dos militantes presos e deportados, assumem o comando bolchevique na cidade de Petrogrado os dirigentes Muranov, Kamenev e Stálin. Segundo Pierre Broué, “os bolcheviques adotaram as teses dos mencheviques, segundo a qual é preciso que os revolucionários russos prossigam na guerra para defender as suas recentes conquistas democráticas da agressão do imperialismo alemão.” (s/d, p. 115).

A posição dos mencheviques compreendia a necessidade de defesa do Governo Provisório, como viador das liberdades democráticas e garantidor do defensismo revolucionário em relação à guerra. O conflito, doravante, seria visto com o a forma de se defender a “democracia revolucionária” e o povo do inimigo estrangeiro. De fundo, essa parte da socialdemocracia russa compreendia que se processa no país uma revolução burguesa, que deveria ser completada com o apoio dos trabalhadores, para adiante, o proletariado ter a condição de realizar a sua coluna histórica independente em relação aos detentores do capital. Nesse passo, caberia defesa do Governo Provisório em relação aos apoiadores da aristocracia reacionária e do inimigo externo na guerra. Assim, por hora, a função dos trabalhadores caberia seguir a reboque da direção burguesa do processo político e social russo.

No texto de Lenin “As tarefas do proletariado na presente revolução”, escrito que ficou conhecido como as “Teses de abril”, divulgado logo de seu retorno à Rússia, o dirigente bolchevique considerou:

A “dualidade de poderes” se manifesta na existência de dois governos: o governo principal, autêntico e efetivo da burguesia, o “governo Provisório” de Lvov e companhia, que tem nas suas mãos os órgãos de poder, e um governo suplementar, secundário, de “controle”, personificado pelo Soviete de deputados operários e soldados de Petrogrado, que não tem em suas mãos os órgãos de poder do Estado, mas se apoia diretamente na indubitável maioria absoluta do povo, nos operários e soldados armados (1978[b], p. 22).

Na visão de Lenin, o caráter transitório da dualidade de poderes advém do entrelaçamento dos poderes da burguesia, materializada no Estado oficial, e do proletariado, colocado por suas organizações, sobretudo, os Sovietes. Ao considerar a dualidade de poderes, Lenin passou a desenvolver o seu posicionamento diante do governo estabelecido,

Nenhum apoio ao Governo Provisório, explicar a completa falsidade de todas as suas promessas, sobretudo a da renúncia às anexações. Desmascaramentos, ao invés de “exigências” inadmissível e semeadora de ilusões de que este governo, governo de capitalista deixe de ser imperialista” (1978 [a], p. 11).

Nesses termos, para Lenin o Governo Provisório seria um governo capitalista, portanto incapaz de romper com o metabolismo social do imperialismo, o que expressava a impossibilidade da administração em desatar os interesses dos capitalistas russos em relação aos das potências imperialistas líderes, bem como não poderia renunciar as anexações de territórios para o Império. Por conseguinte, a carnificina da guerra continuaria mesmo com a “democracia revolucionária” pós-fevereiro.

Embora a posição de Lenin se diferenciasse da liderança do partido em Petrogrado, com Kamenev, Muralov e Stalin à frente, que defendiam o apoio crítico ao Governo Provisório entendendo a República como conquista, o juízo leniniano expressava certa continuidade com a política bolchevique desde o início da Guerra em 1914, isto é, da política de derrotismo revolucionário, de “transformar um conflito imperialista em guerra civil”.

Sendo assim, para o líder bolchevique:

a revolução russa de Fevereiro-Março de 1917 foi o começo da transformação da guerra imperialista em guerra civil. Esta revolução deu o primeiro passo para a cessação da guerra. Apenas um segundo passo pode garantir a sua cessação, a saber: a passagem do poder de estado para o proletariado. Isto será o começo da “ruptura da frente” em todo o mundo, da frente dos interesses do capital: e só tendo rompido esta frente o proletariado pode libertar a humanidade dos horrores da guerra, dar-lhe os benefícios da paz duradoura.

E a revolução russa, ao criar os Sovietes de Deputados Operários, levou já o proletariado da Rússia bem perto dessa “ruptura da frente” do capital. (LENIN, 1978[b], p. 30).

Como se percebe, Lenin continua com a linha política bolchevique desde os tempos da deflagração do conflito imperialista, mas a realidade pós-Revolução de Fevereiro colocou um ingrediente novo, que poderia desempenhar a função de ruptura com a forma estatal burguesa. O Soviete de Deputados Operários e Soldados proporcionaria a instauração de uma nova forma de poder, superando o Estado capitalista, na medida que se alimentasse as lutas dos trabalhadores e as práticas efetuadas pelas milícias operárias. O Soviete aparece como órgão catalizador da nova forma de poder emergente.

Sendo assim, a mudança do programa dos bolcheviques colocado por Lenin nas *teses de abril* foi o abandono da proposta de República Democrática, em relação à plataforma partidária desde 1905, pondo em seu lugar o horizonte da transição para uma outra forma de realização do social.

A consigna a ser defendida não seria a completude do Estado burguês sob a forma de república democrática parlamentar, mas a superação da máquina estatal, bem como os seus aparelhos e órgãos de administrações habituais com exército permanente, polícia, burocracia privilegiada, instituições que são colocados acima do povo. Ao invés da consolidação estatal burguesa, buscava-se um novo contorno de Estado, um Estado-Comuna, que “substitui o exército e a polícia, separados do povo, pelo armamento imediato e direto do próprio povo”, eis que se põe a forma social, na qual pode ser realizada a emancipação econômica dos trabalhadores. O pressuposto a ser defendido que adequa o programa à realidade: “Todo o poder aos Sovietes!”

Em 18 de abril, o Ministro cadete Miliukov emitiu uma nota afirmando que o Governo Provisório continuava firmemente comprometido com os esforços bélicos, o que evidenciava o interesse em estender o controle russo a Constantinopla, tal como se havia acordado os tratados secretos pactuados entre o governo czarista e os Aliados. Com efeito, nas discussões populares nos Sovietes, nas fábricas, nas ruas e nos quartéis mobilizados a solução deferia ser outra, ou seja, a atitude frente à guerra teria de ser drástica para por fim à carnificina. Da paz sem anexações, passou-se a reivindicar a saída da guerra, o regresso da tropa a casa. As mobilizações de trabalhadores, soldados e camponeses levaram à renúncia do Ministro das Relações Exteriores; esse novo levante popular foi conhecido como jornadas de abril.

Os liberais à frente do governo passam aos esforços incisivos com o intuito de cooptação dos Sovietes, após as jornadas de abril, apresentaram ao Comitê Executivo soviético uma proposta solicitando o seu consentimento para a formação de um governo de coalizão. O Comitê Executivo dos Sovietes, de maioria menchevique e socialista-revolucionário, em reunião extraordinária, da madrugada de 1º de maio, decidiu aceitar a compor o Governo Provisório. Depois das negociações concluiu-se o acordo sobre a partilha das pastas ministeriais, pela qual, além de dez ministros capitalistas, entraram cinco ministros socialistas: os socialistas-revolucionários A. Kerensky, como Ministro da Guerra e da Marinha, Victor Tchernov, no Ministério da Agricultura e A. Pechekhonov, como ministro do Abastecimento; os mencheviques M. Skobelev, como Ministro do Trabalho, e I. Tesserételi, enquanto Ministro dos Correios e Telégrafos.

Os acontecimentos que levaram à jornada de abril, de certo modo, confirmaram os prognósticos de Lenin sobre os limites da “democracia revolucionária”, acerca da

impossibilidade de frear a guerra imperialista por anexações. O governo de Coalizão lançou a dualidade de poderes em uma nova fase.

### *O regime constitucional na fábrica*

A ordem constitucional na fábrica foi uma reivindicação dos trabalhadores, a partir das comissões de fábrica, com vistas a enfrentar o despotismo no local de trabalho, o modo arbitrário que caracterizava o regime interno nas fábricas e usinas na Rússia do período Tzarista e, sobretudo, na época da guerra. Os trabalhadores sofriam com arbitrariedade dos patrões, da administração, chefes imediatos, eram submetidos às revistas vexatórias e multas com base em regulamentos internos das empresas.

Durante a Primeira Guerra Mundial a autocracia czarista implementava a política estatal que, segundo a historiadora e militante bolchevique Ana Pankratova,

estrangulava a classe trabalhadora, privando-a do direito de organização, de greve, de liberdade de palavra e de imprensa, ligando os operários às fábricas como se estivessem no serviço militar, maltratando-os com todo o tipo de medidas “militares” e submetendo-os a “leis excepcionais”. (1976, p. 15).

Nota-se a extensão de legislação marcial da frente de batalha ao espaço fabril, o esforço de guerra foi ancorado na mais férrea disciplina sobre os trabalhadores, no intuito de obriga-los a suportar a intensificação do trabalho, a baixa remuneração e as condições precárias, em concomitância ocorria a ampliação da autoridade do Estado e a multiplicação dos lucros patronais.

No regime da “democracia revolucionária”, os operários compreendiam que as relações no interior das fábricas deveriam se alterar. De acordo com a declaração do Soviete de um distrito industrial de Petrogrado, redigida em 6 de março de 1917, “As condições de exploração predatória que existia no sistema feudal russo não poderá existir na nova Rússia” (Apud MANDEL, 1993, p. 25).

A partir da Revolução de Fevereiro, os trabalhadores compreenderam que a ordem constitucional deveria ser implantada também na fábrica. O historiador Steve Smith entendeu que

A democratização das relações de fábrica assumiu uma variedade de formas. Primeiro, os odiados capatazes e os administradores fugiram ou foram expulsos. Nas gigantescas fábricas de Putilov, por exemplo, onde trabalhavam cerca de 30.000 trabalhadores, os trabalhadores lançaram o chefe de fábrica, membro do grupo Centúrias Negras, Puzanov, em um carrinho de mão, derramaram mercúrio sobre sua cabeça e o conduziram até um canal próximo, em que eles ameaçaram depositá-lo em punição por seus delitos anteriores. Em segundo lugar, os livros de regras de fábrica, com suas multas punitivas e buscas humilhantes, foram arrancados. Em terceiro lugar, e mais importante, os comitês de fábrica foram criados para representar os interesses dos trabalhadores em face à gerência. (2004, p.18).

Torna-se possível perceber a existência da articulação das forças repressivas no interior das fábricas no período do czarismo russo. O bando dos Centúrias Negras, tropa paramilitar de apoio aos Romanov, também prestava os seus serviços para disciplinar trabalhadores no interior das fábricas, constatando que a moderna Fábrica de Putilov

empregava um reacionário declarado como capataz. Os trabalhadores compreenderam que a superação da autocracia implicava na derrota dos responsáveis pela tirania interna das empresas. As relações respeitadas foram exigidas e impostas pelos operários a administração e a chefia imediata, abolindo a revista e as multas.

Os comitês de fábricas, sobretudo nas usinas de Petrogrado, foram criados a partir da continuidade dos comitês de greve que deflagraram o processo revolucionário de fevereiro, espaços construídos e alimentados por meio da luta autônoma dos trabalhadores em relação a partidos, normas estatais, ou patronais. Por meio dos comitês fabris se organizou as milícias operárias, implantou unilateralmente a jornada de oito horas até o seu registro em acordo com os empresários e, doravante, exigiu o tratamento civilizado por parte das gerências e capitalistas em relação aos operários.

Vale destacar que por meio do acordo entre patrões e operários de 10 de maio, que normatizou sobre a jornada de oito horas em Petrogrado, a cláusula negociada previa também a existência dos comitês de fábricas regidos pelos trabalhadores. Contudo, o Governo Provisório edificou a lei de 23 de abril de 1917, que dispõe sobre a não obrigatoriedade da implantação dos comitês de fábricas “submetendo-os ao jugo da administração” (PANKRATOVA, 1976, p. 29), começava, assim, declaradamente, a indisposição do governo oficial contra as instâncias autônomas operárias. Porém, os operários deram pouca atenção à lei escrita e criaram os seus próprios estatutos de fábrica, “ampliando o seu marco e definindo os poderes de seus representantes a partir da correlação de forças” (PANKRATOVA, 1976, p. 29).

Deve-se considerar que o regime político pós-fevereiro foi marcado com a formação do governo oficial e a instância soviética, cabendo a representação dos operários e soldados fiscalizar os atos do comando do Estado. De certo modo, os operários voltaram à fábrica imbuído do mesmo propósito, isto é, que os seus órgãos constituídos em independência aos patrões acompanhassem ativamente a gestão. De acordo com Ana Pankratova, a partir de março, “do comitê de fábrica procedem todas as ordenações referentes ao regulamento interno fixado pela lei (regulamentação de tempo de trabalho, salários, admissões, dispensas, permissões, etc.) com notificação ao diretor da fábrica ou ao da seção”. Ademais, “o comitê de fábrica tem o direito de rechaçar o pessoal administrativo que não seja capaz de assegurar relações normais com os operários” (1976, p. 30).

Torna-se importante frisar que naquele momento, os comitês de fábricas atuavam como vigilantes dos interesses dos operários na relação com os gestores capitalistas das empresas. Nesse sentido, a ação dos comitês fabris denotava muito mais a supervisão da administração do que o controle efetivo da fábrica.

O levante dos trabalhadores contra o capataz arbitrário não se restringiu à grande fábrica de Putilov. O historiador David Mandel recuperou os documentos de uma reunião de trabalhadores, na qual denunciaram o despotismo em que foram submetidos numa outra indústria metalúrgica, o nome do opressor era Volkov. Um operário discursou:

"[Volkov] É o principal culpado de opressão e humilhação que têm sofrido nos últimos anos ... A voz de camaradas cujas ele riu, chamamos de vingança. Desde o primeiro dia da sua dominação, onde ele vestiu as luvas de

violência, ele mostrou sua alma vil. Em 1915, muitos dos nossos camaradas sofreu em sua integridade por meio. Por causa dele, foram demitidos da maneira mais descarada... Eles (Volkov e seu superior) tinha esquecido de 1905. Em 1909, ele começou seu programa redução vergonhosa de salários nível insuportável de oito a nove copeques, independentemente das condições de trabalho... Nós todos viveram este inferno, lá todos os dias até os últimos momentos de sua dominação arbitrária ". (apud MANDEL, 1993, p. 27).

Os trabalhadores tinham sentido o regime interno das fábricas não apenas como promotor da forma de exploração econômica, remuneração dos trabalhadores restringidas à fração da moeda rublo, e de opressão política; mas também enquanto uma situação que afrontava a dignidade humana. Tais elementos afetavam de forma particularmente dolorosa aos trabalhadores.

Além das companhias privadas, nas empresas estatais os comitês foram atuantes, de modo que aflorou-se o sentimento de que elas, a partir da "revolução democrática", tornavam-se do povo. Nessa direção, os trabalhadores exigiam participar da gestão, atitudes similares também apareceram nas ferrovias, nos correios e nos telégrafos.

A função dos comitês apoiados nos trabalhadores foi colocar a ordem constitucional na fábrica. Portanto, os comitês fabris foram os galvanizadores dos anseios dos operários no enfrentamento cotidiano aos gerentes e inspetores das fábricas, a partir do local de trabalho, de cada repartição. Sendo assim, percebe-se a organicidade dos comitês de fábrica com os operários demonstrados na luta revolucionária de fevereiro, na conquista da redução da jornada de trabalho e no enfrentamento aos chefes por relações civilizadas nas empresas.

Para pôr fim aos poderes arbitrários dos gerentes que beneficiavam a exploração e a opressão dos trabalhadores, os comitês fabris exigiram o acompanhamento ativo da gestão empresarial e, além disso, passaram a decretar o direito de elaborar as normas e as ordens internas das fábricas. Entre as cláusulas principais, estava a referente à demissão. Os diretores e capatazes recorriam às demissões arbitrárias como instrumento para intimidar e oprimir os trabalhadores. Por meio dos comitês, retirou o poder de demissão dos gestores das empresas, terminando, assim, as demissões arbitrárias e unilaterais.

As ações dos comitês de fábricas foram gradativamente se ampliando no decorrer do aprofundamento da crise social e política. Do combate à demissão arbitrária passou a participar da formulação da política de contratação e demissão, supervisionar o comprimento da jornada de trabalho, o pagamento do salário, a forma como se realizava o pagamento, exigiram a organização da medicina no local de trabalho e efetivação de padrões de segurança no trabalho, a criação de fundo de ajuda, alimentação na fábrica, composição de juntas para resolução de conflitos, de elaboração das normas internas referentes a direitos, deveres, eleições e a existência permanente das comissões autônomas dos trabalhadores. Portanto, os comitês expressaram a situação de dualidade de poderes no interior da fábrica. De um lado, os mandatários oficiais vinculados ao capital, do outro, os operários articulados por melhorias sociais e proteção do trabalho de fato.

O desenrolar das ações supervisoras dos comitês de fábrica levaram os trabalhadores a questionamento acerca da competência técnica do pessoal da gestão, o que em alguns casos formaram as razões que justificaram a demissão de administradores e chefes.

Entretanto, torna-se pertinente destacar que a transformação das relações de propriedade não fazia parte do universo das reivindicações dos comitês de fábrica até o final de abril, quando os capitalistas passaram a ofensiva por meio dos locautes patronais com o fechamento de empresas, para exercer pressões contra os trabalhadores.

Vale destacar que a afirmação dos comitês de fábricas se deu por meio das ações autônomas dos trabalhadores, surgidos dos comitês de greve nas mobilizações de final de fevereiro, transformados em comitês permanentes dos operários, eles foram determinantes na luta vitoriosa da redução da jornada e na aglutinação das demandas pela mudança de relações de poder no cotidiano do chão de fábrica.

O “regime constitucional na fábrica” reivindicado pelos proletários unidos nos comitês representou a situação de dualidade de poderes desde o local de trabalho. Os operários tiveram como perspectiva defender a revolução que tinham feito em fevereiro e que consideravam sua, bem como a realizar a proteção do trabalho e a luta por melhorias sociais.

#### *O desenvolvimento do controle operário da produção*

Após as jornadas de abril houve o aprofundamento das lutas de classes. No tocante às ações dos comitês de fábrica na elaboração das reivindicações, da organização e das lutas dos trabalhadores, o patronato respondeu com locautes, visto que os capitalistas fecharam 75 empresas em Petrogrado entre março e abril, o que representava mais de 10% do total das indústrias. A luta pela demissão de Miliukov logo foi combinada com a ação pelo controle das indústrias fechadas e a supervisão das empresas em funcionamento pelos trabalhadores. Os comitês passaram então a tomar as rédeas das empresas fechadas, os operários tiveram como objetivo salvar os seus postos de trabalho, os salários e a dignidade.

Conforme constatou o estudioso do anarquismo russo, Paul Avrich, “A consigna de “controle operário” não havia nascido nem dos anarcosindicalistas, nem dos bolcheviques, nem de nenhum outro grupo radical. Havia nascido, /.../ da tormenta revolucionária, de maneira tão espontânea como os comitês de fábricas” (1974, p. 146).

A proposição de controle operário na Revolução Russa não se baseou em formulações ideias, ou em princípios inventados por alguma das organizações políticas. Não se tratou de se efetivar uma ideia na história. A consigna do controle operário sobre a produção expressou as condições efetivas das lutas de classes em processo, por um lado, emergiu do percurso de ascensão social das forças dos trabalhadores após a Revolução de Fevereiro, a formação e efetivação dos comitês de fábrica, da conquista das relações normais entre administração e trabalhador na empresa, da vitória da luta pela redução da jornada de trabalho e, por outro lado, da necessidade de responder aos ataques patronais, visto que os capitalistas encerravam as fábricas para enfraquecer o movimento. Nesse passo, a reivindicação e a prática do controle operário foi um

processo ativo de construção por meio das experiências dos trabalhadores nas lutas de classes.

O processo de formação dos comitês fabris, de supervisão, de ocupação e o desenvolvimento do controle operário da produção foram primordiais para o aprendizado dos operários. O valor dessas grandes experiências sociais não pode ser subestimado. Pela ação, não somente em palavras, os trabalhadores aprendiam e demonstravam que a produção em larga escala e com os preceitos da ciência moderna pode ser realizado sem a existência de uma classe de patrões que utilizam o trabalho dos assalariados; os operários davam passos largos para a superação do trabalho assalariado em direção ao trabalho livre associado.

Deve-se ressaltar a importância da compreensão dos anseios dos trabalhadores no processo de suas mobilizações, pois a constituição do controle operário da produção se fez por meio de acúmulo de experiências. Posições políticas que desconsideraram as vivências operárias não conquistaram adesão social. Os anarquistas questionavam o controle operário exigindo a coletivização imediata das fábricas. De acordo com o militante anarquista na época das revoluções russas, Volin:

Os anarquistas objetivavam que o controle não devia cair em letra morta, se as organizações operárias fossem capazes de exercer o efetivo controle, então seria também capazes de assegurar toda a produção, visto que poderiam ir eliminando desde já, progressivamente, a indústria privada para torná-la coletiva. Rechaçavam, portanto, a consigna vaga, suspeitosa, de controle da produção. Propugnavam a imediata expropriação progressiva da indústria privada por organismos de produção coletiva. (1977, p. 124).

Vale destacar que os anarquistas, também uma corrente revolucionária com base no movimento proletário, não conseguiram expressão política significativa no processo russo de 1917 em Petrogrado e nas áreas industriais, em especial, no período de fevereiro a outubro. Segundo o pesquisador George Woodcock (2006, p. 199), os anarquistas na Rússia em 1917 apresentavam dificuldades de organização enquanto grupo político, de modo que incidiram pouco nos acontecimentos revolucionários. No tocante aos comitês de fábrica, pode-se afirmar que a irrelevância da influência anarquista adveio da postura incorreta dos membros daquela corrente política, em não considerar o grau de experiência e consciência dos trabalhadores, visto que propuseram a coletivização das fábricas, reivindicação não assimilada pelos combativos comitês fabris que de início objetivava a supervisão ativa da gestão das empresas. Ao invés de apoiar a proposta de controle operário da produção, os militantes anarquistas brandiam pela expropriação da indústria privada, mas falharam ao desconsiderar a mediação entre a consigna de coletivização e o percurso das lutas e experiências geradas nas mobilizações.

Dos partidos que se propunham a organizar os trabalhadores urbanos, os mencheviques possuíam forte apoio, sendo hegemônicos nos sindicatos. Os socialistas-revolucionários, embora a sua principal base fosse os camponeses, também influenciavam o movimento urbano dos assalariados, sendo dirigentes na fábrica de Putilov até o mês de maio. Os bolcheviques, naquele momento, encontravam-se na situação de minoria, inclusive entre os ativistas dos comitês de fábricas.

Em discurso no início de maio, o Ministro Skobelev declarou: “Nos encontramos no estágio da revolução burguesa”, sendo assim, “não ajudaria em nada a revolução, neste momento, o poder das empresas nas mãos do povo” (Apud. AVRICH, 1974, p.148). Além disso, argumentava o Ministro do Trabalho menchevique, a ordenação industrial era uma tarefa que correspondia especificamente ao governo, e não a uns comitês de fábricas autônomos. Os comitês, sustentava o Ministro, seriam mais úteis a causa operária convertendo-se em unidades subordinadas da organização dos sindicatos; a classe operária russa faria muito melhor se apoiasse nos sindicatos para melhorar a sua situação econômica no seio do sistema capitalista, não deveria seguir a via “de ocupação das fábricas”. Nota-se então que Skobelev desconsiderava as posições dos comitês fabris, pois essas comissões por suas ações recusavam na prática o estágio de “revolução burguesa” para compreender o caso da Rússia no primeiro semestre de 1917, afrontavam o interesse da burguesia na medida que passavam ao comando das empresas. Em seguida, o Ministro socialdemocrata defendeu a subordinação dos comitês às direções dos sindicatos, visto que estavam vinculados estruturalmente a sua bandeira de seguro-saúde aos proletários. Torna-se importante lembrar que os mencheviques possuíam a maioria das direções sindicais urbanas.

O governo de coalizão dos socialistas-revolucionários, mencheviques, com a burguesia e os proprietários de terra não emitiu nenhuma proposta com vistas ao enfrentamento do problema das fábricas fechadas. Sendo assim, os operários convocaram a I Conferência dos Comitês de Fábrica de Petrogrado, para discutir a questão. Deve-se ressaltar que Petrogrado era a principal cidade industrial do país, na medida em que comportava “em 1917, uma concentração de mais ou menos 400.000 operários, nas fábricas e nas usinas. Desse número, 335000 pertenciam a 140 usinas gigantes” (TROTSKY, 1978, p. 352). Nos dias entre 30 de maio e 3 de junho realizou-se o encontro, que pôde contar com a participação de “ministros socialistas”.

Devido aos locautes patronais contra a ampliação das forças dos trabalhadores na situação de dualidade de poderes, para Lenin era “absolutamente compreensível que os comitês de fábricas queiram um controle operário autêntico e não apenas no papel” (1976[c], p. 46), mesmo com os bolcheviques estando em posição minoritária frente aos adversários no movimento operário.

Ao que se refere às ações dos indicados do Comitê Executivo dos Sovietes ao Governo Provisório, verificou-se que pouco tinha sido realizado. Victor Chernov como ministro da Agricultura, discursou aos camponeses a reforma agrária, mas não demonstrou os elementos práticos para realiza-la. Mikhail Skobelev usou o Ministério do Trabalho para introduzir planos de seguro saúde, de segurança do trabalho e juntas de resolução de conflitos, mas ainda em projetos, não implantados. Tseretelli discursou defendendo medidas de autonomia às regiões não-russas, mas não apresentou resultados apreciáveis.

Entretanto, ciente de que sua proposta de seguro-saúde seria insuficiente para convencer os comitês de fábrica à reconciliação com o Governo Provisório, o Ministro Skobelev alterou o discurso, propondo a aumentar a porcentagem de impostos até cem por cento dos rendimentos da classe capitalista, conservado aos proprietários as instalações das fábricas e as ações das empresas.

Contudo, pode-se perceber que a política de apoderar de cem por cento dos lucros capitalistas representava, na verdade, um esforço em desmobilizar o controle operário da produção realizado pelos comitês de fábricas nas indústrias em que os patrões haviam fechados as portas. Em suma, a proposta de Skobelev funcionava enquanto uma cortina de fumaça para encobrir o retorno aos capitalistas o comando das fábricas que estavam sob o controle dos trabalhadores. Eis a “revolução burguesa” do Ministro do Trabalho menchevique, pautada no encaminhamento de medidas contra os operários, não contra a nobreza.

Lenin denunciou duramente o artifício político de Skobelev:

Os operários devem varrer a verborragia, as promessas, as declarações e a projectomania das burocracias no poder, dispostos a inventar planos, regulamentos, estatutos e normas do melhor efeito. Abaixo toda essa mentira! Abaixo esse alvoroço da projectomania burocrática e burguesa, estrepitosamente fracassada em toda parte; abaixo esse modo de esconder as questões! Os operários devem exigir a realização imediata do controle efetivo e, ainda, obrigatoriamente por intermédio dos próprios operários (1976[a], p. 40).

Verifica-se que Lenin desmascarava as propalações do Ministro do Trabalho do Governo de Coalizão, enfatizando a necessidade do avanço do controle operário da produção, pela força autônoma dos trabalhadores, com base nas realizações já postas pelos operários, mas ampliando as medidas de comando proletário sobre a propriedade privada.

Ao invés de teses abstratas e descontextualizadas sobre “revolução burguesa”, Lenin sinalizava os procedimentos para a efetivação de suas propostas refletidas a partir das lutas

O único caminho para nos salvar da catástrofe consiste em implantar um verdadeiro controle operário da produção e da distribuição dos produtos. Para este controle é necessário: primeiro, que em todas as instituições decisivas se assegure aos operários uma maioria de pelo menos três quartos dos votos, incorporando sem falta no controle tanto os empresários que não tenham abandonado a atividade como o pessoal técnico e científico; segundo que se conceda aos comitês fabris, aos Sovietes centrais e locais de deputados operários, soldados e camponeses e aos sindicatos o direito de participar no controle colocando à sua disposição todos os livros de contas e bancários e comunicando-lhes obrigatoriamente todos os dados, terceiro, que se conceda esse mesmo direito aos representantes de todos os grandes Partidos democráticos e socialistas (1976[b], p. 43-44).

Vale destacar que essas medidas frisadas por Lenin transpareciam evidente aos olhos dos operários protagonistas em seus comitês de fábricas. Articulava-se aos anseios daqueles que estavam dispostos a defender o seu posto de trabalho e a enfrentar a catástrofe social e econômica sob a qual foi mergulhada a Rússia. Neste sentido, a proposta leniniana em 1917 foi muito mais do que um chamamento de fora do movimento, uma ordem sob a qual os proletários deveriam seguir. Distintamente, as considerações de Lenin dialogavam com as vivências das ocupações das fábricas pelos operários.

Uma vez frustrado o desígnio de Skobelev, os mencheviques cambiaram novamente a sua política frente aos comitês de fábrica. Presente na I Conferência de Petrogrado, o menchevique Avilov formulou a noção de controle na indústria “pelo poder do Estado” com a participação de vastos setores da “democracia revolucionária”. Ao invés do controle operário da produção, Avilov defendeu o controle do Estado sobre a produção.

A discussão de Avilov ganhou a observação sarcástica de Lenin, também presente na Conferência: “Já toda a gente fala muito do controle. Inclusive pessoas que dantes estavam dispostas a gritar: “Socorro!” quando ouviam a palavra “controle”, e que reconhecem agora que o controle é imprescindível.” (1976[c], p. 46).

Deve-se observar as variantes das propostas do menchevismo. Skobelev indicava aos operários trocar o controle operário da produção pela taxaço de cem por cento do lucro da burguesia, mas com os capitalistas seriam mantidos no comando das empresas, excluindo o controle operário da produção. Avilov, ao constatar a falta de adesão à proposta de seu colega de partido, propõe a estatização das empresas que estavam sob o controle dos trabalhadores, o que eliminaria a possibilidade do controle operário, pois instituiria o controle da burocracia do Estado sobre a produção de riqueza.

Em resposta, Lenin frisou: “Ao tratar de esclarecer o conceito de “controle” e o problema de quando e quem deverá exercer este controle, é necessário não perder de vista, nem por um só instante que seja, o caráter classista do Estado atual que é apenas uma organização de dominação de classe.” (1976[c], p. 46).

Desse modo, Lenin problematizou o Estado enquanto órgão da dominação de classe. A transferência do comando das fábricas à burocracia estatal representaria submeter os operários aos instrumentos de dominação da burguesia e dos latifundiários russos. Neste sentido, o dirigente bolchevique desconstruiu a ponderação de que seria viável a conciliação de classes por meio do aparato estatal. Em resposta à visão conciliadora do governo de coalizão, Lenin identificou que o Estado é produto e, ao mesmo tempo, a manifestação do antagonismo inconciliável das classes sociais. O Estado aparece na medida em que os antagonismos de classe não podem objetivamente ser conciliados. Nessa perspectiva, a existência da máquina estatal provaria que as contradições de classes são inconciliáveis.

Na I Conferência dos Comitês de Fábrica de Petrogrado estiveram presentes, segundo Pankratova (1976, p. 45), 421 delegados, sendo que 335 votaram com a resolução dos bolcheviques. As medidas aprovadas, segundo Franco Ferri (1972, p. 78), sinalizavam: o controle operário da produção efetivo e a repartição dos produtos, com a maioria dos trabalhadores no comando dos conselhos das fábricas; controle sobre as operações bancárias e financeiras, outorga de parte dos patrimônios de banqueiros, comerciantes, financistas e industriais ao povo; organização da produção par atender as necessidades das ferramentas agrícolas, roupas e a produção de alimentos; obrigatoriedade de trabalho a todos os cidadãos e fortalecimento das milícias operárias; organização dos transportes; transmissão do poder do Estado ao Sovietes, como condição para realizar as medidas propostas.

Como se percebe, a partir de final de maio e início de junho, os comitês de fábricas passaram a se alinhar às posições dos Bolcheviques, e se destacar enquanto o

seguimento mais radical no aspecto social russo. É lícito afirmar o processo de recomposição das forças dos operários, soldados e camponeses desde a jornada de abril, caminhava em direção ao posicionamento mais contundente dos trabalhadores na luta de classes, o que desfavorecia o socialismo moderado.

O contra-ataque dos socialistas-revolucionários, mencheviques e apoiadores do Governo Provisório se fez sentir logo em seguida, no dia 4 de junho, no I Congresso dos Sovietes de Toda a Rússia, no qual os socialistas moderados tinham a maioria folgada. Dos 822 delegados com direito a voto, 285 eram socialistas-revolucionários; 245, Mencheviques; e 105, bolcheviques. Cerca de 150 delegados pertenciam a grupos menores, e 45 disseram não pertencer a nenhum partido. Conforme descreveu Ferri (1972, p. 79), as resoluções I Congresso rejeitaram as teses bolcheviques e aprovaram uma série de medidas relativas à legislação do trabalho na linha que sinalizava Skobelev, recomendou uma reforma social, jornada de oito horas, medidas contra o desemprego e se pôs em guarda contra toda tentativa de resolver as grandes questões sociais com medidas locais, numa alusão evidente aos comitês de fábrica e de suas propostas/práticas de controle operário da produção.

A consigna bolchevique de “Todo o poder aos Sovietes” foi ridicularizada no encontro, tida como irreal, inoportuna e imprópria para o momento do país e da correlação de forças sociais. Foram também aprovadas moções de apoio aos ministros socialistas do Governo de Coalizão. Além disso, reiterou-se a situação de “democracia revolucionária” para identificar o caso russo, bem como a situação de “defensismo revolucionário na guerra”.

Os comitês de fábricas, inspirados pelas políticas dos bolcheviques, batiam pela demissão dos “dez ministros burgueses” do Governo. Torna-se importante observar o esforço, contido nessa linha política, em evidenciar os limites da coalizão governamental, exigir medidas progressivas e denunciar a sua não efetivação demonstrando as razões: os compromissos dos moderados são muito mais com o capital do que com o trabalho.

O historiador Richard Pipes defendeu que os bolcheviques

foram beneficiados pela rápida desintegração dos transportes e das comunicações, que enfraqueceu a rede de sindicatos nacionais – amplamente dominada pelos mencheviques. Em todas as regiões, sendo impossível fiar-se no governo central, os trabalhadores transferiram sua lealdade para os comitês de fábricas – *fabzavkomy* –, cuja postura moderada inicial contribuiu até para incrementar a produção. Todavia, essa forma de organização anarquista tendeu rapidamente para a radicalização, expulsando os proprietários e seus administradores, e assumindo o controle das fábricas (1997, p. 124).

Como se percebe, o intelectual *cold warriors*, em suas análises, descartou o processo ativo de aprendizagem dos trabalhadores, ao atribuir a algum acidente, fora do curso normal das coisas, o alinhamento das posições dos comitês fabris às dos Bolcheviques.

Vale ressaltar o sentido da liderança Bolchevique junto aos comitês de fábricas. Os partidários de Lenin elaboraram as suas consignas avaliando o contexto, as

experiências dos trabalhadores em movimento e os caminhos da edificação dos combates sociais. Não foi a instauração de proposta de fora do mundo operário para dentro do movimento. A ação dos bolcheviques foi no sentido de acelerar o processo de aprendizagem dos trabalhadores no percurso das lutas.

Em meados de junho, o socialista-revolucionário Kerensky, Ministro da Guerra, instigou o exército russo a lançar-se numa importante ofensiva de guerra na frente de batalha da região da Galícia (sul da Polônia). Era a primeira iniciativa contundente de guerra desde a Revolução de Fevereiro. A ofensiva russa fracassou e estima-se que sofrera cerca de 200.000 baixas, de modo que foi um desastre em todos os sentidos. Soldados camponeses desertavam das forças armadas e passavam a ocupar terras da aristocracia agrária. A credibilidade do governo saiu gravemente afetada. Em meio à crise, marinheiros da base naval de Konstradt promoveram uma manifestação armada contra o Governo Provisório. Bolcheviques acudiram o ministro Chernov em uma tentativa de linchamento pela massa enfurecida em frente ao palácio. O agravamento da crise política foi evidenciado quando os ministros do partido cadete entregam os seus cargos. O príncipe Lvov renunciou ao posto de Primeiro-Ministro e, em 7 de julho, o seu lugar é ocupado por A. Kerensky.

Mesmo tendo se posicionado contrariamente à tentativa de tomada do poder pelos marinheiros de Konstradt, os bolcheviques foram acusados de pretenderem um golpe sobre democracia, colaborar para a derrota da Rússia na frente de batalha, realizar atividades de espionagem em favor da Alemanha e de promover a contrarrevolução. Mandatos de prisão foram emitidos contra os socialistas radicais. Leon Trotsky, Lev Kamenev e Alesandra Kolontai foram acusados de crimes e presos pela “democracia revolucionária”. As milícias operárias foram encerradas. Os comitês de fábricas tiveram as suas ações cerceadas, suspendendo o direito de reunião durante o expediente de trabalho e a remuneração dos ativistas liberados para a participação na gestão.

Os empresários notificavam o Governo Provisório que a extensão do controle operário havia colocado a economia nacional em bancarrota. Eles afirmavam que o caos econômico crescente se devia à ingenuidade dos trabalhadores, que acreditavam estar entrando numa era de esplendor. Segundo declarava uma conferência industrial no sul da Rússia: “A classe operária, persuadida pelos discursos de seus líderes, crê estar às vésperas de uma Era do Ouro, mas nem sequer podemos imaginar quão terrível será a sua desilusão” (PANKRATOVA, 1976, p. 96).

Assim, as medidas do Governo de Coalizão estavam articuladas muito mais com os anseios das classes proprietárias do que com os das classes trabalhadoras, embora contassem com cinco ministros socialistas na administração.

Ao tecer comentários acerca os encaminhamentos do governo na fase de Kerensky, o jornalista John Reed afirmou:

“A política do Governo Provisório oscilava entre reformas sem o menor sentido prático e a repressão sanguinária contra as massas revolucionárias. Uma lei emanada do ministro socialista do trabalho decretava que os comitês de fábricas deveriam reuniu-se somente à tarde depois das horas de trabalho. Nas trincheiras eram presos os agitadores dos partidos da oposição. Nenhum jornal radical podia circular livremente e os propagandistas da revolução eram punidos com a pena capital.” (s/d, p. 36-37)

Aos olhos dos populares ficava evidente que no Governo Provisório não se desenvolvia esforços para realização da reforma agrária, viabilizar o controle operário contra o fechamento das fábricas e, tampouco, encaminhar a retirada da Rússia da guerra. Assim, a gestão de Kerensky, por suas medidas, caminhava no sentido de se desgastar politicamente perante o campesinato russo, que ampliava a onda de ocupações de terras.

Torna-se importante destacar que o Comitê Executivo dos Sovietes respaldou as ações de Kerensky na perseguição aos bolcheviques após as jornadas de julho. Sendo assim, o partido abandonou a consigna de “todo poder aos soviets”, que foi substituída por “Todo poder ao proletariado apoiado pelos camponeses pobres e pela democracia revolucionária organizada em Sovietes de operários, soldados e camponeses”. Visto que, os Sovietes sob a direção dos conciliadores se transformaram em instrumento político da burguesia. Torna-se possível inferir que a linha dos socialistas radicais objetivava a organização de um levante armado e à formação de um governo revolucionário, considerando como instrumento de poder não os Sovietes, mas os comitês de fábrica<sup>2</sup>. Entretanto, as forças radicais se encontravam em situação difícil devido à repressão do Estado oficial e a perseguição dos Sovietes e sindicatos.

Ao perceber certa fragilidade do governo civil que, por um lado, perdia a capacidade de dirigir o movimento dos trabalhadores e camponeses devido às medidas cerceadoras, e por outro, sofria com o descontentamento por parte dos capitalistas e latifundiários, no mês de agosto, o general Lavr Kornilov – a quem Kerensky havia designado comandante em chefe para a missão de restaurar a ordem e a disciplina no exército russo, inclusive por meio da pena de morte – passou a intentar um golpe de direita. Percebendo a manobra, Kerensky mobilizou a participação social contra Kornilov, solicitou a ajuda dos Sovietes e sindicatos para salvar o regime de fevereiro. Os bolcheviques foram libertados das prisões para o combate ao general direitista, os comitês de fábricas foram tolerados. Lenin concordou em mobilizar contra o golpe kornilovista, ao mesmo tempo em que se negou a apoiar o governo Kerensky. O líder bolchevique defendeu o reforço da agitação contra Kornilov por meio das reivindicações parciais a Kerensky, que, entre outros pontos, constavam a entrega das terras dos latifundiários aos camponeses e a introdução do controle operário da produção nas fábricas.

A tentativa de golpe impetrada por Kornilov falhou devido à capacidade dos trabalhadores de Petrogrado em responder aos acontecimentos. Os ferroviários desviaram e obstruíram os trens usados por militares golpistas. Os gráficos se negaram a

---

<sup>2</sup> Trotsky comentou sobre essa fase: “Uma vez que os soviets, socialistas-revolucionários e mencheviques se tinham tornado em julho organizações que incitavam abertamente os soldados à ofensiva e perseguição aos bolcheviques, o movimento revolucionário das massas operárias podia e devia procurar outras vias. Lenin indicou os comitês de fábrica como organização da luta pelo poder. O movimento teria muito provavelmente tomado essa direção se não fosse a insurreição de outubro” (1979, p. 73).

imprimir os jornais favoráveis a Kornilov. Os metalúrgicos foram ao encontro das tropas e explicaram a situação de Petrogrado, de calma, e que os oficiais enganavam os soldados. O resultado das ações operárias foi a desintegração dos destacamentos golpistas, e Kornilov se rendeu ao Governo Provisório.

A vitória das massas sobre a tentativa de golpe de agosto deu um novo impulso às lutas sociais, favorecendo tremendamente aos bolcheviques. Acelerou-se as iniciativas dos comitês de fábricas para retomar o controle operário da produção no conjunto das empresas. Os camponeses ampliaram as ocupações de terras e fortaleceram Sovietes rurais, independente das lideranças dos socialistas-revolucionários. Os Sovietes passaram a funcionar questionando as políticas de conciliação de classes. Assim sendo, os Bolcheviques entenderam que os Sovietes voltaram a ser um instrumento de luta dos trabalhadores, um órgão do poder popular na situação revolucionária.

A 23 de setembro, Trotsky, que ingressou no Partido Bolchevique juntamente com o seu grupo político em julho, foi eleito presidente do Soviete de Petrogrado, cargo que havia ocupado na Revolução de 1905. A eleição do revolucionário consolidava o deslocamento político em direção ao enfrentamento social. Mencheviques e socialistas-revolucionários perdiam posições nas instituições soviéticas por toda a Rússia, o que esvaziava a sustentação política do governo Kerensky.

#### *A Revolução de Outubro*

Em outubro, com a decaída da hegemonia dos socialistas-revolucionários e mencheviques, os bolcheviques conquistaram a maioria dos Sovietes, além disso, as lutas sociais se intensificaram ainda mais. Os trabalhadores nas fábricas avivaram as medidas de controle operário da produção, as milícias operárias foram retomadas nos bairros e fábricas, camponeses ampliaram as ocupações de terra no meio rural, em ações que respondiam aos locautes dos latifundiários que se recusavam a semear devido à situação de insegurança da propriedade privada. Nos meios militares, 300.000 soldados e marinheiros das guarnições de Petrogrado só aceitavam ordens dos Sovietes dirigidos pelos bolcheviques, enquanto o governo oficial contava com 30.000 soldados a seu favor. Tal situação evidenciava o ápice do processo de dualidade de poderes, ao passo que a conjuntura não permaneceria sem com que um dos lados, ou o governo estatal, ou os organismos de poder popular, tentassem assenhorar da circunstância.

Os capitalistas e proprietários rurais estavam insatisfeitos com a situação e brandiam por respostas com vistas a recompor o Estado. O jornalista John Reed entrevistou uma liderança dos capitalistas:

O banqueiro Lianosov estava plenamente convencido de que os fabricantes e comerciantes não poderiam, em hipótese alguma, permitir a existência dos comitês de fábricas ou tolerar o menor controle operário na indústria.

– em relação aos bolcheviques – continuou Lianosov –, penso o seguinte: ou o governo evacua Petrogrado, declara o estado de sítio e autoriza o chefe militar do distrito a tratar esses senhores sem as formalidades legais... ou, se a Assembleia Constituinte se deixar dominar por tendência utópicas, o governo deverá contar com a força das armas para dissolvê-la... (s/d, p. 40).

Nota-se que o representante da sociedade de posses colocava abertamente a necessidade de um golpe para “normalizar” a situação, isto é, uma ruptura na “democracia revolucionária” para impor, definitivamente, a ordem do capital sobre o trabalho.

Em 6 de outubro, o governo anunciou que metade da guarnição deveria se retirar da cidade para defendê-la contra o avanço alemão. A manobra do governo era uma evidente tentativa de livrar a capital de seus elementos mais revolucionários. Em uma reunião do Comitê Central do Partido Bolchevique, no mesmo dia, foi deliberado, por maioria dos votos, a preparação da insurreição com vistas à tomada do poder. O encontro decidiu também a formação do Comitê Militar Revolucionário, tendo Leon Trotsky como o seu presidente.

O II Congresso dos Sovietes de Toda e Rússia começaria no dia 20 de outubro, mas, por uma intervenção dos mencheviques e socialistas-revolucionários, a data foi transferida para 25 de outubro, sendo possível inferir que socialistas moderados estavam articulados ao Governo de Coalizão, pois o adiamento proporcionava ao Governo Provisório, tempo para uma intervenção preventiva contra os bolcheviques.

A 16 de outubro, Kerensky transmitiu a ordem para o deslocamento da tropa à frente de batalha. Os soldados, dirigidos por Trotsky, desobedeceram o comando do Governo Provisório, sob o argumento de que precisariam defender a capital de prováveis ataques dos alemães. Agiram reivindicando o Prizak nº I da Revolução de Fevereiro. A situação evidenciou o esvaziamento do governo oficial do ponto de vista político e militar. No dia 22, Kerensky ordenou o fechamento da imprensa bolchevique, o que demonstrava a preparação, por parte do governo, do ataque ao Comitê Militar Revolucionário e a repressão ao Soviete da capital russa. No dia seguinte, unidades militares sob as ordenanças do Soviete de Petrogrado, reforçadas por grupos de trabalhadores armados tomaram o controle das estações ferroviárias e de pontos estratégicos.

No dia 25 de outubro, antes do início do II Congresso dos Sovietes, Lenin declarou a queda do Governo Provisório. O II Congresso soviético ocorreu com 672 delegados, 390 eram bolcheviques, 160 socialistas-revolucionários e 90 mencheviques. O encontro é chamado a respaldar a realidade. Os apoiadores do governo de coalizão saíram do recinto acusando golpe. Os bolcheviques apelam para que o Congresso ratifique a insurreição, o que foi aprovado por unanimidade.

O decreto sobre a paz foi aprovado na seção do dia seguinte, propondo a todos os povos beligerantes e a seus governos iniciarem conferências visando uma paz justa e democrática. O decreto da terra, que abolia imediatamente a grande propriedade, sem indenização, e entregava a terra aos comitês agrários. No mesmo dia foi redigido o decreto sobre o controle operário da produção, aprovado em 14 de novembro:

Fica estabelecido o controle operário sobre a produção, conservação e compra-venda de todos os produtos e matérias-primas, em toda as empresas industriais, comerciais, bancárias, agrícolas, etc, que contem com cinco operários e empregados (em conjunto), pelo menos, ou cujo movimento anual não seja inferior a 10.000 rublos. (LENIN, 1976(d), p. 99-100).

A ação dos bolcheviques respaldada nos Sovietes foi um ato preventivo com vistas à defesa da participação social do trabalho e de sua proteção em relação ao golpe que viria do governo Kerensky, que contava com o apoio dos capitalistas e dos proprietários de terras dispostos a acabar com a democracia revolucionária.

A Revolução de Outubro foi o resultado de um movimento amplo das massas, com o protagonismo da classe operária fabril, com forte adesão dos soldados e de camponeses em ocupações de terras. Significou um amplo movimento popular, talvez sem precedentes na história, que agiu seguindo as suas experiências que se processavam nos acontecimentos e mobilizações.

A Revolução de Outubro não pode ser considerada um golpe de Estado, primeiro, porque a conquista do poder se fez por meio de um caminho com amplas liberdades democráticas e de organização, de radicalização da situação de dualidade de poderes. A insurreição foi um ato de uma antecipação da ruptura que estava se processando, a ser impetrada pelos dirigentes do Governo Provisório, que contaria com apoio da burguesia e dos latifundiários. Em segundo lugar, um golpe implica a tomada da máquina estatal operante, tal elemento inexistia na Rússia em outubro de 1917, a ocorrência da dualidade de poderes esvaziou o Estado oficial, ao passo que fortaleceu os Sovietes, os comitês de fábricas e os instrumentos da revolução agrária. Em outras palavras, os casos de golpes militares e os eventos de golpe jurídico-parlamentar representam a ruptura por dentro da máquina estatal, uma forma de ação política de se apoderar do leme do Estado; os militares compõem a esfera estatal, assim como o judiciário, em situação de golpes militares, ou jurídicos, significa a ação política no interior do aparato estatal. A Revolução de Outubro na Rússia não teve esse componente, o Estado havia colapsado. Os organismos de poder da “democracia revolucionária”, como os Sovietes, os comitês de fábrica e os comitês da revolução agrária no campo arrebentaram com a máquina estatal. Sendo assim, em outubro de 1917, a ruptura veio de fora da instituição do Estado. Terceiro, relaciona-se a questão de seu conteúdo social, visto que a Revolução de Outubro se pautou por apresentar distintas bases em relação às da propriedade privada; nesse sentido, representou os elementos de transição para uma nova sociedade, um novo processo histórico-mundial a partir de um elo débil do sistema capitalista, que foi a Rússia no contexto da guerra, que deveria ser o início de uma cadeia de transformações mundiais no sentido do socialismo. O seu conteúdo histórico-social se direcionava à superação da propriedade privada, do Estado e do trabalho assalariado, que se abriria a partir da completude da revolução mundial.

#### *O controle operário da produção como elemento da revolução*

A técnica expositiva adotada neste artigo permitiu que os principais resultados da pesquisa fossem evidenciados em cada item. Do mesmo modo, a análise imanente obrigou à contínua retomada de problemas abordados para que a evidência se ampliasse para a elucidação. Nesse passo, cabe discutir, no plano da síntese, os principais resultados do texto sobre os comitês de fábrica e o controle operário da Revolução de Fevereiro à Revolução de Outubro.

Os comitês de Fábrica, os Sovietes de Operários e Soldados e a consigna de controle operário da produção representaram a situação de dualidade de poderes vivida

na Rússia após fevereiro. Tal processo expressou o conflito entre o governo oficial, apoiado na sociedade de posses, em relação ao governo da “democracia revolucionária”, com base nos Sovietes e organismos operários. Os comitês de fábricas, de certo modo, foram instrumentos da dualidade de poderes no interior das empresas, na medida em que passaram a ser o contraponto à administração capitalista. A partir dos comitês fabris foram lançadas lutas contra a opressão das chefias nas fábricas sob os trabalhadores, combates pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário, pelo direito à supervisão da administração capitalista e, por fim, pelo controle operário da produção.

O Partido Bolchevique ampliou a sua influência no processo revolucionário por expressar o universo ideopolítico dos ativistas dos comitês de fábrica, sobretudo após maio de 1917, embora esse processo tenha sido composto por altos e baixos, não sendo contínuo. O partido de Lenin proporcionou o processo de aceleração da experiência dos trabalhadores e camponeses, no combate prático, relacionado à conjuntura e ao contexto sócio-político. O partido não teve a ação de impetrar uma consciência desde fora do movimento, tampouco corroborou o economicismo sindicalista. O procedimento foi acompanhar a experiência dos trabalhadores e estabelecer a política em diálogo com ela, evidenciando os limites do Governo Provisório e as suas coalizões políticas compromissadas com o capital, incapaz de retirar a Rússia da guerra, dar terra aos camponeses e reconhecer o controle operário da produção. Nesse sentido, a constituição da hegemonia foi um trabalho ativo na realidade. Destaca-se as intervenções de Lenin na elaboração política do controle operário da produção junto aos comitês de fábrica.

O que se passou em outubro de 1917 na Rússia não foi um golpe, foi uma Revolução. A crise da dualidade de poderes levou aos bolcheviques se anteciparem às ações do Governo Provisório, que explicitamente se mobilizava em direção ao golpe de estado contra a “democracia revolucionária”. Por meio do Comando Militar Revolucionário e, depois, respaldado pelo II Congresso dos Sovietes de Toda a Rússia, os bolcheviques assumem o poder rumo a construção do socialismo e à espera da revolução mundial.

Com a guerra civil deflagrada pelo exército branco contra a Rússia dos Sovietes, com apoio das potências imperialistas, a indústria e, conseqüentemente, a classe operária foram duramente afetados. A nacionalização da economia foi uma medida extrema posta pelos bolcheviques, no contexto em que o operariado diminuía numericamente e a fábrica se inviabilizava, pois não havia base material para o seu funcionamento em quadro normal. A guerra civil impactou tremendamente a produção de matérias-primas e combustíveis, o que refletiu na queda de indústria.

Por fim, deve-se recuperar as experiências de rebeldia do trabalho na história. Os comitês de fábricas e a consigna do controle operário da produção foram determinantes para que houvesse a Revolução de Outubro de 1917.

## **Referências bibliográficas**

AVRICH, Paul. *Los anarquistas rusos*. Trad. Leopoldo Lovelace. Madrid: Alianza, 1974.

BROUÉ, Pierre. *El Partido Bolchevique*. Traducción: Garcia Fernandez. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann. S/d.

FERRI, Franco. “El problema del control obrero”. GERRATANA, Velentino. (et. al). *Consejos obreiros y democracia socialista*. Córdoba: Pasado y Presente, 1972, pp: 75-98.

HOBBSAWM, Eric. *Globalização, democracia e terrorismo*. Tradução: José Viegas. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

LENIN, V. I. “A catástrofe iminente e as promessas de medidas”. In: *O controle operário e a nacionalização da indústria*. Lisboa: Estampa, 1976[a], p: 36-42.

LENIN, V. I. “Resolução sobre as medidas econômicas contra a ruína”. In: *O controle operário e a nacionalização da indústria*. Lisboa: Estampa, 1976[b], pp: 43-44.

LENIN, V. I. “Discurso pronunciado na I Conferência dos Comitês fabris de Petrogrado em 31 de maio de 1917”. In: *O controle operário e a nacionalização da indústria*. Lisboa: Estampa, 1976[c], pp: 45-47.

LENIN, V. I. “Sobre as tarefas do proletariado na presente revolução”. In: *Teses de abril*. Lisboa: Edições Avante, 1978[a], pp: 9-15.

LENIN, V. I. “As tarefas do proletariado na presente revolução”. In: *Teses de abril*. Lisboa: Edições Avante, 1978[b], pp: 17-85.

LUKÁCS, Georg. *El asalto a la razón: la trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler*. Tradução: Wenceslao Roces. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1959.

MANDEL, David. “Comités d’usine et controle ouvrier à Petrogrado”. *Cahier d’étude et de recherche/Notebooks for study and research*, nº21. 1993. In: [http://classiques.uqac.ca/contemporains/mandel\\_mark\\_david/comites\\_usine/comites\\_usine.html](http://classiques.uqac.ca/contemporains/mandel_mark_david/comites_usine/comites_usine.html). Acesso em novembro de 2016.

PANKRATOVA, Ana. *Los consejos de fábrica em la Rúsia de 1917*. Barcelona Anagrama, 1976.

PIPES, Richard. *História concisa da revolução russa*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

- REED, John. *Os dez dias que abalaram o mundo*. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.
- SERGE, Victor. *O ano I da revolução russa*. Tradução: Lólio lourenço de Oliveira. São Paulo: Ensaio, 1993.
- SMITH, Steve A. *Revolução russa*. Tradução Marcio Hack. Porto Alegre, RS: L&PM, 2013.
- SMITH, Steve A. “Petrograd in 1917: the view from below”. In: WADE, Rex (Edited by). *Revolutionary russia*. New approaches. New York/ London. Routledge. 2004, pp: 13-32.
- TROTSKY, Leon. *A história da revolução russa*. Volume I – A queda do tzarismo. Tradução de E. Huggins. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- Trotsky, Leon. *As lições de outubro*. São Paulo: Global, 1979.
- VOLIN. *La revolución desconocida*. Traducción: Fidel Alegre. Buenos aires: Editorial Proyección, 1977.
- WOODCOCK, George. *História das ideias e dos movimentos anarquistas*. Vol. 2: O movimento. Porto alegre – RS: LP&M, 2006.